

**FUNDAÇÃO FACULDADES INTEGRADAS DE ENSINO SUPERIOR DO
MUNICÍPIO DE LINHARES
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE LINHARES – FACELI**

**PROJETO PEDAGÓGICO DA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**FUNDAÇÃO FACULDADES INTEGRADAS DE ENSINO SUPERIOR DO
MUNICÍPIO DE LINHARES**

Diretora Presidente

Professora Dra. Ludmila Caliman Campos Vinhas Alcuri

Diretora Administrativa-Financeira

Cont. Esp. Antonilda Mendes Reis

Diretor Acadêmico

Professor Me. Alexandre Jacob

Coordenador de Pesquisa e Extensão

Professor Me. Luciano Pimenta Valadares

Coordenador do curso de Administração

Professor Me. Vasconcelos Zuqui

Coordenador do curso de Direito

Professor Me. Marcelo Chaves Soares

Coordenadora do curso de Pedagogia

Professora Ma. Thalita Nunes Ruy Seibert

Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação

Bela. Suéllen Cristina dos Santos de Souza

Coordenador de Tecnologia da Informação

Esp. Welton Castoldi

Assistentes Pedagógicas

Esp. Angélica Francisca Bastos da Silva

Esp. Graciete Aparecida da Silva Amaro

Bibliotecária

Ma. Laís Lupim Santos Gomes

Secretaria Acadêmica

Me. Matheus Giacomini Sian

Esp. Naywska Nascimento Filgueiras

Tradutoras e Intérpretes de Libras

Esp. Anniele da Silva Santos

Pedag. Maria Auxiliadora Gomes

Monitor da Educação Especial

Esp. Vinícius Vieira dos Santos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 PROJETO PEDAGÓGICO	6
2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	6
2.1.1 Fundamentação Legal	6
2.1.2 Área de Conhecimento e Concentração.....	6
2.1.3 Modalidade do Curso.....	6
2.1.4 Vagas	6
2.1.5 Carga Horária do Curso.....	6
2.1.6 Período e Periodicidade	7
2.2 JUSTIFICATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO	7
2.3 CONCEPÇÃO E OBJETIVOS	9
2.3.1 Concepção da Pós-Graduação	9
2.3.2 Objetivo Geral	9
2.3.3 Objetivos Específicos	9
2.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	10
2.5 REQUISITOS DE ACESSO.....	11
2.5.1 Público-Alvo	11
2.5.2 Da Inscrição	11
2.5.3 Da Seleção.....	11
2.6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	12
2.6.1 Eixos Curriculares	12
2.6.2 Distribuição por Módulos	14
2.6.3 Ementas.....	16
2.6.4 Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais	38
2.7 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	38
2.7.1 Momentos Presenciais	38
2.7.2 Momentos Não Presenciais.....	38
2.8 INFRAESTRUTURA DESTINADA AO CURSO	39
2.8.1 Biblioteca.....	39
2.8.2 Laboratório de Informática.....	39
2.8.3 Sala de Orientação.....	39
2.8.4 Recursos Tecnológicos.....	39
2.8.5 Sala de Aula	39
2.8.6 Materiais Educacionais	39
2.9 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE	40

2.10 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	41
2.10.1 Avaliação Institucional	41
2.10.2 Avaliação Externa	42
2.10.3 Avaliação do Curso	42
2.10.4 Avaliação da Aprendizagem.....	42
2.10.5 Avaliação da Orientação Docente.....	42
2.10.6 Avaliação da Infraestrutura de Suporte Tecnológico e Científico	42
2.10.7 Avaliação do Material Didático	43
2.10.8 O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	43
2.10.9 Da Certificação.....	44
3 REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A pós-graduação *lato sensu* Especialização em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli) nasce da necessidade de aprofundamento crítico e técnico sobre as ações do Estado na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faceli, este curso tem como objetivo formar especialistas capazes de analisar e intervir nas dinâmicas sociais, promovendo o bem-estar coletivo e o desenvolvimento sustentável.

A concepção deste curso está alinhada com a missão institucional da Faceli, que busca estimular o desenvolvimento do pensamento reflexivo e da cidadania por meio do ensino, pesquisa e extensão. A formação proposta enfatiza a relação entre as políticas públicas e o desenvolvimento social, com base nos princípios filosóficos e pedagógicos que norteiam a instituição, promovendo uma abordagem interdisciplinar e crítica dos desafios contemporâneos.

O campo das políticas públicas é múltiplo e está diretamente ligado ao contexto político, econômico e social. Como apontam Rossini, Rotta e Borkovski (2019), as políticas sociais passaram a desempenhar um papel central na organização do Estado contemporâneo, especialmente após a Constituição de 1988, que consolidou a noção de direitos sociais como essenciais ao desenvolvimento nacional. Dessa forma, a pós-graduação visa proporcionar uma compreensão aprofundada das políticas sociais e sua interseção com o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

A proposta curricular do curso abrange temáticas fundamentais para a análise e aplicação das políticas públicas, incluindo planejamento e gestão pública, avaliação de programas sociais, instrumentos de financiamento e governança democrática. Além disso, o curso pretende estimular a pesquisa aplicada e a formulação de soluções inovadoras para desafios enfrentados na implementação das políticas públicas.

O curso também reflete o compromisso da Faceli com a responsabilidade social e a formação de profissionais engajados na transformação da realidade local, regional e nacional. Como destaca o PDI da instituição, a Faceli busca consolidar-se como uma referência acadêmica, promovendo um ensino que dialogue com as necessidades da sociedade e contribua para a formação de cidadãos críticos e atuantes.

A formação de especialistas em políticas públicas é crucial em um cenário de crescentes demandas sociais e desafios estruturais. Conforme destacado por Castro e Oliveira (2014), cada sociedade reconhece problemas e propõe soluções de acordo com suas capacidades e contextos históricos, o que exige profissionais qualificados para atuar na construção e execução de políticas eficazes.

Nesse sentido, o curso de Políticas Públicas de Desenvolvimento Social se insere como uma resposta acadêmica e profissional a essas necessidades, oferecendo aos alunos uma formação sólida, baseada em conhecimento técnico e crítico, que possibilite a atuação qualificada no setor público, em organizações do terceiro setor e na iniciativa privada.

Portanto, a pós-graduação não apenas atende às diretrizes institucionais da Faceli e às exigências do cenário político-social brasileiro, mas também contribui para a consolidação de um corpo profissional capacitado para enfrentar os desafios da gestão pública e da formulação de políticas que promovam o desenvolvimento social e a justiça distributiva.

A Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli) é uma instituição pública municipal de ensino superior, localizada no município de Linhares, no estado do Espírito Santo. Sua história remonta à criação da Fundação Faculdades Integradas de Ensino Superior do Município de Linhares (Fundação Faceli), instituída pela Lei Municipal nº 2.561, de 15 de dezembro de 2005, e alterada pela Lei Municipal nº 2.681, de 18 de abril de 2007. A Faceli foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) por meio da Resolução CEE nº 1.343, de 20 de setembro de 2006.

A origem da Faceli está ligada à incorporação das Faculdades Integradas Norte Capixaba (Fanorte), uma instituição privada que foi adquirida pelo município de Linhares e doada à Fundação Faceli. A Fanorte, que era supervisionada e avaliada pelo Ministério da Educação (MEC), oferecia cursos de Direito, Administração e Pedagogia, que foram posteriormente transferidos para a Faceli. Com essa mudança, a Faceli passou a ser mantida pela Fundação Faceli e integrou o sistema de ensino estadual, conforme previsto no artigo 17 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A Faceli iniciou suas atividades acadêmicas em 23 de agosto de 2007, com sede no Bairro Aviso, onde continuou a oferecer os cursos herdados da Fanorte. O primeiro vestibular da Faceli foi realizado em janeiro de 2008, com 600 vagas distribuídas entre os cursos de Administração, Direito, Pedagogia, Design de Produtos - Moveleira, Gestão Ambiental e Silvicultura. Além disso, a Faceli recebeu alunos transferidos de outras instituições e aqueles que já estudavam na Fanorte.

Ao longo dos anos, a Faceli passou por mudanças em sua estrutura física. Em 2010, a sede da Faceli foi doada para o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), e a instituição passou a funcionar no prédio da Escola Municipal de Ensino Fundamental Roberto Calmon, ainda no Bairro Aviso. Em 2013, a Faceli foi transferida para as dependências da Universidade Aberta do Brasil (UAB) - Polo Linhares, no Bairro BNH. Finalmente, em 16 de novembro de 2016, a Faceli foi transferida para sua sede própria, localizada no Bairro BNH, onde permanece até os dias atuais.

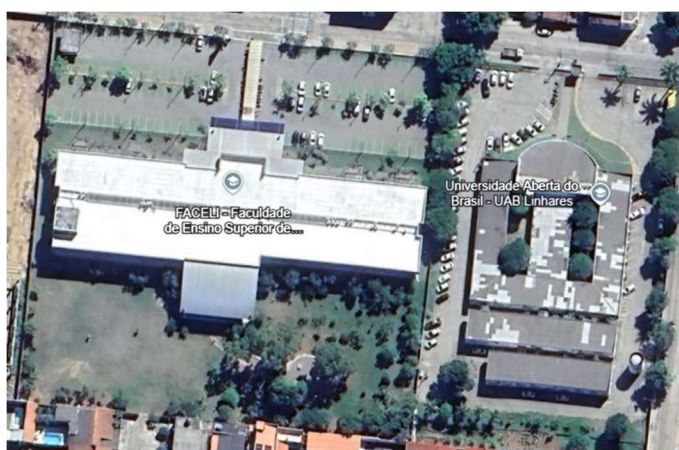
A Faceli tem como missão a formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com o exercício da cidadania, alinhada aos pilares de desenvolvimento do espírito crítico, promoção da pesquisa e extensão, e estímulo ao aperfeiçoamento profissional e cultural. A instituição oferece cursos de graduação em Administração, Direito e Pedagogia, além de planejar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu nos próximos anos.

A Faceli também se destaca por sua responsabilidade social, oferecendo serviços à comunidade por meio de projetos de extensão, núcleos de práticas jurídicas e pedagógicas, e parcerias com entidades públicas e privadas. A instituição mantém um compromisso com a inclusão e a acessibilidade, garantindo o atendimento a estudantes com deficiência e promovendo a igualdade de oportunidades por meio de políticas de cotas.

Ao longo de sua trajetória, a Faceli tem contribuído para o desenvolvimento econômico, cultural e social da região de Linhares, formando profissionais qualificados

e promovendo a integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Com um planejamento estratégico voltado para a excelência acadêmica e a inovação, a Faceli busca consolidar-se como uma instituição de referência no ensino superior público no Espírito Santo.

Atualmente, a Faceli localiza-se no Bairro Novo Horizonte, ocupando espaço doado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, como pode ser observado na imagem abaixo.



Localização: Google Earth.

26/02/2025

2 PROJETO PEDAGÓGICO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Pós-graduação *lato sensu* Especialização em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social.

2.1.1 Fundamentação Legal

Resolução CNE/CES nº. 1 de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

Resolução CEE-ES nº. 3.777 de 8 de maio de 2014, que fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo.

Resolução Consup nº. 01 de 29 de abril de 2025, que aprova o curso de pós-graduação e o projeto pedagógico pelo Conselho Superior da Faculdade de Ensino Superior de Linhares – Faceli.

2.1.2 Área de Conhecimento e Concentração

Área de Conhecimento: (90100000 – Interdisciplinar)

Área de Concentração: (90192000 – Sociais e Humanidades)

2.1.3 Modalidade do Curso

O curso é ofertado na modalidade presencial.

2.1.4 Vagas

Para o curso serão oferecidas um total de 50 (cinquenta) vagas.

2.1.5 Carga Horária do Curso

A carga horária total do curso é de 480 horas, sendo 400 horas em atividades teóricas e práticas.

As outras 80 horas de estudos, destinadas à pesquisa, elaboração e apresentação do trabalho monográfico que deverá ser no formato de um Artigo Científico.

2.1.6 Período e Periodicidade

O período de realização será de no mínimo 14 meses, contados a partir da data da matrícula e no máximo 20 meses, como tolerância para integralizar o curso.

A previsão de início da primeira oferta é agosto de 2025, com término da primeira oferta em outubro de 2026.

2.2 JUSTIFICATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO

A pós-graduação *lato sensu* Especialização em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli) surge como uma resposta acadêmica e profissional às complexas demandas sociais, econômicas e políticas que caracterizam o contexto brasileiro, em especial o município de Linhares-ES e sua região. A proposta do curso está alinhada com a necessidade de aprofundar o debate crítico sobre o papel do Estado na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, visando promover o desenvolvimento social sustentável e a justiça distributiva.

A justificativa para este curso se fundamenta em três pilares principais:

1. A realidade socioeconômica de Linhares e sua região;
2. A necessidade de formação de profissionais qualificados para atuar na gestão pública e no desenvolvimento social; e
3. O alinhamento com as diretrizes institucionais da Faceli e com os desafios contemporâneos das políticas públicas.

Linhares, localizada no norte do Espírito Santo, é um município que, nas últimas décadas, experimentou um significativo crescimento econômico, impulsionado principalmente pela exploração de petróleo e gás natural, além da industrialização e do agronegócio. No entanto, como aponta Ákilla Lonardelli Pereira Pinto (2017), esse crescimento econômico não foi acompanhado por um desenvolvimento social proporcional. A autora destaca que, apesar do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, Linhares ainda enfrenta desafios estruturais, como altos índices de desigualdade social, déficit habitacional, precariedade no sistema educacional e problemas de segurança pública.

Pinto (2017) evidencia que, entre 2000 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Linhares permaneceu abaixo da média estadual, com destaque para a educação, que apresentou o pior índice (0,630), seguido pela renda (0,721) e pela longevidade (0,834) (Pinto, 2016, p. 50). Além disso, o município registra um alto percentual de população vivendo com renda inferior a meio salário mínimo (30,14%

em 2010), indicando uma distribuição de renda desigual e a persistência de bolsões de pobreza (Pinto, 2017, p. 54).

Essa discrepância entre crescimento econômico e desenvolvimento social reflete a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão social e a redução das desigualdades. Como destacado por Rossini, Rotta e Borkovski (2019), as políticas sociais desempenham um papel central na organização do Estado contemporâneo, especialmente após a Constituição de 1988, que consolidou a noção de direitos sociais como essenciais ao desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faceli se apresenta como uma ferramenta crucial para capacitar profissionais capazes de analisar e intervir nessa realidade, promovendo políticas que integrem o crescimento econômico ao bem-estar social.

O curso de especialização proposto pela Faceli visa formar profissionais capazes de atuar na gestão pública, no terceiro setor e na iniciativa privada, com foco na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. A formação proposta enfatiza a relação entre as políticas públicas e o desenvolvimento social, com base em uma abordagem interdisciplinar e crítica dos desafios contemporâneos.

Pinto (2017) oferece um exemplo concreto da necessidade de profissionais qualificados para lidar com os desafios do desenvolvimento urbano e social. A autora analisa o empreendimento imobiliário Prima Città, em Linhares, como uma metáfora do desenvolvimento econômico da cidade, destacando a desconexão entre os investimentos em infraestrutura e as demandas sociais da população. O estudo revela que, enquanto grandes projetos industriais e imobiliários recebem investimentos massivos, setores como educação, saúde e habitação permanecem subfinanciados (Pinto, 2017, p. 50-51).

Essa realidade exige profissionais capacitados para pensar políticas públicas que integrem os diferentes setores da sociedade, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo. Como destacado por Castro e Oliveira (2014), cada sociedade reconhece problemas e propõe soluções de acordo com suas capacidades e contextos históricos, o que exige profissionais qualificados para atuar na construção e execução de políticas eficazes. A pós-graduação da Faceli busca, portanto, formar especialistas que possam contribuir para a superação desses desafios, promovendo o desenvolvimento social e a justiça distributiva.

A proposta do curso está alinhada com a missão institucional da Faceli, que busca estimular o desenvolvimento do pensamento reflexivo e da cidadania por meio do ensino, pesquisa e extensão. Conforme destacado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faceli, a instituição tem como objetivo consolidar-se como uma referência acadêmica, promovendo um ensino que dialogue com as necessidades da sociedade e contribua para a formação de cidadãos críticos e atuantes.

A Especialização em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social reflete esse compromisso, oferecendo uma formação que combina conhecimento técnico e crítico, com foco na resolução de problemas reais. O curso abrange temáticas fundamentais para a análise e aplicação das políticas públicas, incluindo planejamento e gestão pública, avaliação de programas sociais, instrumentos de financiamento e governança democrática. Além disso, o curso pretende estimular a pesquisa aplicada e a formulação de soluções inovadoras para desafios enfrentados na implementação das políticas públicas.

2.3 CONCEPÇÃO E OBJETIVOS

2.3.1 Concepção da Pós-Graduação

A concepção deste curso está alinhada com a missão institucional da Faceli, que busca estimular o desenvolvimento do pensamento reflexivo e da cidadania por meio do ensino, pesquisa e extensão. A formação proposta enfatiza a relação entre as políticas públicas e o desenvolvimento social, com base nos princípios filosóficos e pedagógicos que norteiam a instituição, promovendo uma abordagem interdisciplinar e crítica dos desafios contemporâneos.

O curso foi concebido a partir da observação das necessidades específicas do município de Linhares e da região, considerando os desafios sociais, econômicos e ambientais que impactam diretamente a população. A análise do contexto local revelou a importância de uma formação especializada que capacite profissionais para atuar de maneira estratégica na formulação e gestão de políticas públicas, promovendo maior eficiência e inclusão social. Dessa forma, o curso busca atender às demandas locais e regionais, alinhando-se com os objetivos institucionais da Faceli de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Além disso, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faceli reforça o compromisso da instituição com a formação de profissionais qualificados para atuar na transformação social. A interdisciplinaridade do curso permite que os alunos adquiram conhecimentos integrados, compreendendo as múltiplas dimensões que envolvem a gestão pública, a governança e a implementação de políticas públicas. A partir dessa abordagem, o curso oferece ferramentas para que os profissionais possam analisar criticamente os desafios contemporâneos e propor soluções inovadoras para o fortalecimento do setor público e do terceiro setor.

2.3.2 Objetivo Geral

Capacitar profissionais para a formulação, gestão e avaliação de políticas públicas de forma interdisciplinar, visando o desenvolvimento social, econômico e a redução das desigualdades.

2.3.3 Objetivos Específicos

São objetivos específicos da Especialização:

- a) Analisar criticamente políticas públicas, considerando seus impactos sociais, econômicos e políticos;
- b) Desenvolver competências para a gestão e governança de políticas públicas em diferentes setores;

- c) Aplicar metodologias de pesquisa para avaliar a eficácia e eficiência das políticas públicas;
- d) Elaborar projetos e programas socioambientais voltados ao desenvolvimento sustentável;
- e) Promover a inclusão social e a equidade por meio de intervenções estratégicas e inovadoras;
- f) Integrar conhecimentos das diversas áreas envolvidas na formulação de políticas públicas para atuação qualificada no setor público e no terceiro setor.

2.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A Especialização em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pretende formar profissionais qualificados, com sólida base teórica, metodológica e técnica, capazes de atuar de forma crítica, ética e inovadora na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e territorial. A proposta do curso está alinhada à missão institucional da Faceli e responde às demandas concretas da microrregião de Linhares, marcada por assimetrias sociais, crescimento econômico desigual e carência de políticas públicas integradas.

O curso adota como eixo estruturante a interdisciplinaridade, considerando que os problemas públicos contemporâneos não podem ser compreendidos nem enfrentados a partir de uma única abordagem disciplinar, exigindo o diálogo entre áreas como administração pública, direito, educação, ciência política, economia, sociologia, antropologia e planejamento territorial.

Voltado para profissionais oriundos das Ciências sociais Aplicadas, Ciências Humanas, áreas da Saúde, Educação, Meio Ambiente e Engenharias, o curso oferece uma formação aplicada e voltada à resolução de problemas complexos da realidade regional. O egresso do programa será um profissional-pesquisador com perfil ético, reflexivo e comprometido com a transformação social. Ele será capaz de analisar criticamente políticas públicas, elaborar diagnósticos sociais e territoriais, propor e implementar ações de gestão pública baseadas em evidências, atuar em equipes multidisciplinares e produzir conhecimento aplicado com relevância social. Terá domínio dos marcos legais e institucionais das políticas públicas e competências para promover a inovação, a equidade e a sustentabilidade nas práticas de planejamento e gestão.

O perfil do egresso contempla também a capacidade de liderar projetos intersetoriais, assessorar tecnicamente órgãos públicos e organizações sociais, e colaborar com processos formativos em instituições de ensino e pesquisa. A formação o habilita a ocupar funções estratégicas em secretarias municipais e estaduais, câmaras legislativas, consórcios intermunicipais, centros de pesquisa, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e organismos internacionais. Ao concluir o curso, o profissional estará preparado para contribuir com o fortalecimento das capacidades institucionais do Estado, para fomentar políticas públicas territorializadas e para articular o conhecimento científico com práticas sociais

transformadoras, promovendo o desenvolvimento local e regional com justiça social, participação cidadã e sustentabilidade.

2.5 REQUISITOS DE ACESSO

2.5.1 Público-Alvo

O curso é voltado para profissionais de diversas áreas do conhecimento que desejam aprofundar sua atuação no campo das políticas públicas e do desenvolvimento social.

Destina-se a graduados em qualquer área do saber que busquem compreender, formular e implementar políticas públicas eficazes, promovendo transformações sociais e contribuindo para a redução das desigualdades.

2.5.2 Da Inscrição

As inscrições para o curso de pós-graduação *lato sensu* em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social são realizadas por meio do site oficial da Faceli, onde os candidatos devem preencher um formulário eletrônico e enviar a documentação exigida, que inclui:

- a) Cópia do diploma de Bacharel, Tecnólogo ou Licenciatura em qualquer curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação ou declaração de conclusão de curso;
- b) Histórico escolar da graduação;
- c) Cópia do RG e CPF;
- d) Comprovante de residência;
- e) Certidão de quitação eleitoral;
- f) Currículo atualizado.

2.5.3 Da Seleção

O processo seletivo é composto por três etapas:

1. Inscrição: envio de documentos comprobatórios;
2. Prova escrita: realização de prova escrita teórica;
3. Entrevista com a banca examinadora: avaliação do currículo do candidato, com base em sua formação acadêmica e experiência profissional.

A inscrição compreende o envio da documentação exigida no tópico anterior.

A prova escrita é realizada presencialmente, em dia previsto no calendário oficial a ser divulgado antecipadamente aos candidatos em edital, cujas fontes de pesquisa e estudo são informadas em seção própria do edital. É etapa classificatória e eliminatória.

A entrevista é realizada de forma remota com a banca examinadora, onde o candidato será arguido sobre elementos de sua formação acadêmica e experiência profissional para alinhamento com os eixos curriculares. É etapa classificatória.

2.6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.6.1 Eixos Curriculares

O curso de pós-graduação lato sensu em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social está estruturado em eixos temáticos, garantindo uma formação interdisciplinar e aprofundada. Essa organização atende aos requisitos do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Estadual de Educação (CEE), além de estar em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O objetivo dessa divisão é proporcionar um aprendizado progressivo, contemplando os diversos aspectos que envolvem a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Os eixos temáticos que compõem a estrutura curricular do curso são:

Eixo 1: Governança e Gestão Pública. Esse eixo tem como foco a administração pública, a governança e os processos de controle e transparência. São abordados temas como gestão pública e controladoria, ética na gestão pública e social, além de governança e novas tecnologias aplicadas à administração pública.

Eixo 2: Desenvolvimento e Desigualdade Social. Este eixo se dedica ao estudo das desigualdades sociais e dos desafios para o desenvolvimento sustentável. São exploradas disciplinas como desenvolvimento social, desigualdades socioeconômicas e políticas econômicas de desenvolvimento social, permitindo ao estudante compreender os fatores estruturais que influenciam a formulação de políticas públicas.

Eixo 3: Políticas Públicas e Educação. Compreendendo a educação como um pilar fundamental das políticas públicas, este eixo aborda as políticas educacionais no Brasil e sua relação com o financiamento e a gestão educacional. As disciplinas incluem políticas públicas e educação pública, educação pública e o Fundeb, além de intervenções interdisciplinares no campo educacional.

Eixo 4: Políticas Públicas, Desenvolvimento e Direitos. Neste eixo, os alunos estudam a interseção entre políticas públicas e direitos sociais, considerando diferentes áreas de atuação. São analisadas políticas públicas e assistência social, políticas públicas de inclusão e diversidade, políticas públicas e desenvolvimento agrário, além da cidadania e responsabilidade social.

Eixo 5: Pesquisa. O último eixo é destinado à pesquisa e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), fundamental para a certificação da pós-graduação. Os alunos terão disciplinas voltadas à metodologia da pesquisa social e

científica, além da orientação para a elaboração do artigo científico, conectando os conhecimentos adquiridos ao longo do curso com a prática profissional.

Dessa forma, a divisão do curso em eixos temáticos assegura um percurso formativo coerente e alinhado às diretrizes da educação superior, permitindo que os profissionais adquiram competências e habilidades para atuar na área de políticas públicas com excelência e responsabilidade social.

Tabela 1 – Eixos Curriculares e Síntese da Organização Curricular

EIXOS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Governança e Gestão Pública	Introdução à Gestão Pública e Social	20h
	Ética em Gestão Pública e Social	20h
	Gestão Pública e Controladoria	20h
	Governança e Novas Tecnologias	20h
Desenvolvimento e Desigualdade Social	Desenvolvimento Social: Aspectos Históricos e Sociais	20h
	Desigualdades Sociais: Aspectos Sócio-Políticos	20h
	Políticas Econômicas de Desenvolvimento Social	20h
	Políticas Públicas Urbanas	20h
	Cidadania e Responsabilidade Social	20h
Políticas Públicas, Desenvolvimento e Direitos	Introdução às Políticas Públicas	20h
	Elaboração de Ações, Projetos e Programas Socioambientais	20h
	Intervenções Interdisciplinares em Políticas Públicas	20h
	Poder Legislativo e Políticas Públicas	20h
	Políticas Públicas e Assistência Social	20h
	Políticas Públicas e Desenvolvimento Agrário	20h
Políticas Públicas e Educação	Políticas Públicas e Educação Pública	20h
	Educação Pública e o Fundeb: Aspectos Políticos e Econômicos	20h
	Políticas Públicas de Inclusão e Diversidade	20h

Pesquisa	Metodologia da Pesquisa Social	40h
	TCC – Pesquisa e Elaboração de Artigo Científico de Conclusão de Curso	80h
TOTAL		480h

2.6.2 Distribuição por Módulos

Considerando uma melhor organização e formação dos cursistas, o curso organiza-se, ainda, em 6 (seis) módulos visando uma formação integral.

As disciplinas não terão pré-requisitos entre si e estão dispostas de forma concatenada nos módulos.

Tabela 2 – Módulos do Curso

MÓDULO	DISCIPLINA	EIXO
1	Introdução à Gestão Pública e Social	Governança e Gestão Pública
1	Ética em Gestão Pública e Social	Governança e Gestão Pública
1	Introdução às Políticas Públicas	Políticas Públicas, Desenvolvimento e Direitos
1	Desenvolvimento Social: Aspectos Históricos e Sociais	Desenvolvimento e Desigualdade Social
2	Gestão Pública e Controladoria	Governança e Gestão Pública
2	Desigualdades Sociais: Aspectos Sócio-Políticos	Desenvolvimento e Desigualdade Social
2	Poder Legislativo e Políticas Públicas	Políticas Públicas, Desenvolvimento e Direitos
2	Políticas Econômicas de Desenvolvimento Social	Desenvolvimento e Desigualdade Social
2	Políticas Públicas Urbanas	Desenvolvimento e Desigualdade Social
3	Governança e Novas Tecnologias	Governança e Gestão Pública
3	Cidadania e Responsabilidade Social	Desenvolvimento e Desigualdade Social
3	Elaboração de Ações, Projetos e Programas Socioambientais	Políticas Públicas, Desenvolvimento e Direitos
3	Políticas Públicas e Desenvolvimento Agrário	Políticas Públicas, Desenvolvimento e Direitos
4	Intervenções Interdisciplinares em Políticas Públicas	Políticas Públicas, Desenvolvimento e Direitos
4	Políticas Públicas e Assistência Social	Políticas Públicas, Desenvolvimento e Direitos
4	Políticas Públicas e Educação Pública	Políticas Públicas e Educação
4	Políticas Públicas de Inclusão e Diversidade	Políticas Públicas e Educação
5	Educação Pública e o Fundeb: Aspectos Políticos e Econômicos	Políticas Públicas e Educação
6	Metodologia da Pesquisa Social	Pesquisa
6	TCC – Pesquisa e Elaboração de Artigo Científico de Conclusão de Curso	Pesquisa

2.6.3 Ementas

Introdução à Gestão Pública e Social

Estudo dos conceitos fundamentais da gestão pública e social. Estruturas e funcionamento da administração pública. Modelos de gestão e planejamento estratégico no setor público. Gestão participativa e inovação na administração pública.

Objetivo Geral

Compreender os fundamentos teóricos e práticos da gestão pública e social, analisando suas estruturas, modelos e ferramentas, com ênfase na atuação participativa, no planejamento estratégico e na inovação no setor público.

Objetivos Específicos

- a) Identificar os principais conceitos e princípios que orientam a gestão pública e social.
- b) Analisar as estruturas organizacionais e o funcionamento da administração pública em diferentes níveis de governo.
- c) Compreender os modelos de gestão aplicados ao setor público, suas características e aplicações.
- d) Estudar os elementos do planejamento estratégico como instrumento de eficiência e efetividade da ação pública.
- e) Refletir sobre as práticas de gestão participativa e os mecanismos de inclusão da sociedade civil nas políticas públicas.
- f) Avaliar o papel da inovação na modernização da administração pública e no aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

Bibliografia Básica

BRESSER-PEREIRA, L. C. Administração pública e de empresas: duas coisas muito diferentes. **Revista Gestão Pública**, v. 2, 2013.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, 2006.

GRAHAM JR, C.; HAYS, S. **Para administrar a organização pública**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Bibliografia Complementar

KETTL, D. A revolução global: reforma da administração do setor público. *In*: BRESSER- PEREIRA, L.; SPINK, P. (Org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

KEINERT, T. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92): crises e mudanças de paradigmas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, 2005.

MOORE, M. Criando valor público por meio de parcerias público-privadas. **Revista do Serviço Público**, v. 58, n. 2, 2007.

SALDANHA, C. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Ética em Gestão Pública e Social

Fundamentos da ética aplicada à administração pública e social. Princípios éticos na gestão pública. Transparência, responsabilidade e combate à corrupção. Ética e políticas públicas voltadas ao interesse coletivo.

Objetivo Geral

Analisar os fundamentos da ética na gestão pública e social, promovendo a compreensão crítica dos princípios éticos que orientam a atuação estatal, com foco na transparência, responsabilidade, combate à corrupção e promoção do interesse coletivo.

Objetivos Específicos

- a) Compreender os fundamentos da ética aplicada à administração pública e social.
- b) Identificar os princípios éticos que norteiam a conduta dos agentes públicos e gestores sociais.
- c) Discutir a importância da transparência e da responsabilidade como pilares da gestão ética.
- d) Analisar os mecanismos de prevenção e combate à corrupção no setor público.
- e) Refletir sobre a ética como elemento central na formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao bem comum.
- f) Desenvolver uma postura crítica e ética frente aos dilemas cotidianos da administração pública e social.

Bibliografia Básica

COMPARATO, F. K. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MENDES, A. V. C. **Ética na administração pública federal**: a implementação de comissões de ética setoriais - entre o desafio e a oportunidade de mudar o modelo de gestão. Brasília: FUNAG, 2010.

SÁ, A. L. **Ética profissional**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar

ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos Enap**, Brasília, n. 10, 1997.

FERRAZ, S. O controle da administração pública na Constituição de 1988. **Revista de Direito Administrativo**, v. 188, 1992.

GOMES, N. F. Ética na administração pública: desafios e possibilidades. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, 2014.

MADUREIRA, R. B.; SILVA, E. B. Ética na administração pública: aspectos conceituais, normativos e reflexões sobre sua efetividade. **Lex Cult Revista do Ccjf**, v. 7, n. 3, 2023.

SILVA, J. L.; EMMENDOERFER, M. L.; CUNHA, N. R. S. Análise documental ilustrada em administração pública: uma proposta operacional (re)aplicável. **Teoria e Prática em Administração**, v. 10, n. 2, 2020.

Introdução às Políticas Públicas

Conceitos e definições de políticas públicas. Processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. O papel do Estado e da sociedade na construção de políticas públicas.

Objetivo Geral

Compreender os fundamentos das políticas públicas, analisando seus conceitos, fases e atores envolvidos, com ênfase no papel do Estado e da sociedade na formulação, implementação e avaliação das ações públicas.

Objetivos Específicos

- a) Estudar os principais conceitos e definições relacionados às políticas públicas.
- b) Analisar o ciclo das políticas públicas, compreendendo suas etapas: formulação, implementação e avaliação.
- c) Identificar os diferentes atores e instituições que participam da construção das políticas públicas.
- d) Compreender o papel do Estado como agente formulador e executor de políticas públicas.
- e) Discutir a participação da sociedade civil na definição de prioridades e no controle social das políticas públicas.
- f) Refletir criticamente sobre os desafios e possibilidades de efetivação das políticas públicas em contextos diversos

Bibliografia Básica

CALMON, P., BARCELOS, C. L. K. Decisões alocativas no setor público: organizando o mosaico das proposições teóricas com o auxílio de lentes conceituais – um ensaio exploratório. **Anais do EnAPG**, 2010.

CALMON, P., PEDROSO, M. Incidência de custos transacionais em programas do ministério da saúde: um estudo de caso sobre as avaliações do plano plurianual (PPA). **Anais do EnANPAD**, 2008.

PEDROSO, M., BANDEIRA, L., LUCENA, R. Eficiência relativa do SUS na gestão descentralizada da política nacional de procedimentos cirúrgicos eletivos de média complexidade. **Anais do EnAPG**, 2010.

Bibliografia Complementar

AMORIM, R. L. C., CAMPOS A. G.; GARCIA, R. C. (Edit.). **Brasil: o estado de uma nação – Estado, crescimento e desenvolvimento: a eficiência do setor público no Brasil**, 2007. Brasília: IPEA, 2008.

BAZERMAN, M. **Processo decisório**. São Paulo: Campus, 2004.

CALMON, P. **Análise política** (notas de aula). Brasília: UnB/Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, 1999.

FERREIRA, H., CASSIOLATO, M., GONZALEZ, R. **Como elaborar modelo lógico de programa**: um roteiro básico. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (Org.). **Planejamento e orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006.

Desenvolvimento Social: Aspectos Históricos e Sociais

Evolução histórica das políticas de desenvolvimento social. Principais teorias sobre desenvolvimento e bem-estar social. Relação entre desenvolvimento econômico e inclusão social.

Objetivo Geral

Analisar a evolução histórica e os fundamentos teóricos do desenvolvimento social, compreendendo suas inter-relações com o desenvolvimento econômico e a promoção do bem-estar e da inclusão social.

Objetivos Específicos

- Estudar o percurso histórico das políticas de desenvolvimento social em diferentes contextos.
- Compreender as principais teorias que embasam o conceito de desenvolvimento e bem-estar social.
- Refletir sobre as transformações nas abordagens de desenvolvimento ao longo do tempo.
- Analisar criticamente a relação entre crescimento econômico, justiça social e redução das desigualdades.

- e) Investigar experiências históricas e contemporâneas de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social.
- f) Discutir os desafios da inclusão social frente aos modelos predominantes de desenvolvimento.

Bibliografia Básica

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

LAMPREIA, L. F. Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, 1995.

VERÍSSIMO, M.; SANTOS, A. J. Desenvolvimento social: algumas considerações teóricas. **Análise Psicológica**, v. 26, n. 3, 2012.

Bibliografia Complementar

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias do Welfare State. **Lua Nova**, n. 24. 1991.

MORISHIMA, M. **Equilibrium, stability and growth**. Oxford: Claredon Press, 1964.

RODRIGUES, M. (Org.). Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão. **Anais do Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

TORRES, Ricardo Lobo. A jusfundamentalidade dos direitos sociais. *In*: MELLO, Celso Antônio de Albuquerque; TORRES, Ricardo Lobo (Org.). **Arquivos de direitos humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2013, v. 5.

Gestão Pública e Controladoria

Instrumentos e mecanismos de controle e fiscalização na gestão pública. O papel da controladoria na eficiência da administração pública. Prestação de contas e responsabilidade fiscal.

Objetivo Geral

Compreender os mecanismos de controle e fiscalização na gestão pública, analisando o papel estratégico da controladoria na promoção da eficiência administrativa, da transparência e da responsabilidade fiscal.

Objetivos Específicos

- a) Estudar os principais instrumentos de controle interno e externo na administração pública.
- b) Analisar as atribuições e funções da controladoria no contexto da gestão pública.

- c) Compreender os processos de prestação de contas e sua importância para a transparência e a accountability.
- d) Discutir os fundamentos e os desdobramentos da responsabilidade fiscal na gestão dos recursos públicos.
- e) Avaliar o impacto dos mecanismos de controle sobre a eficiência e a eficácia das políticas públicas.
- f) Refletir sobre a integração entre planejamento, execução orçamentária e controle na busca por uma administração pública mais responsável e eficiente.

Bibliografia Básica

ARANTES, N. **Sistemas de gestão empresarial**: conceitos permanentes na administração de empresas válidas. São Paulo: Atlas, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Administração pública e de empresas: duas coisas muito diferentes. **Revista Gestão Pública**, v. 2, 2013.

GRAHAM JR, C.; HAYS, S. **Para administrar a organização pública**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Bibliografia Complementar

FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. **Controladoria**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1997.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KETTL, D. A revolução global: reforma da administração do setor público. *In*: BRESSERPEREIRA, L.; SPINK, P. (Org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

KEINERT, T. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92): crises e mudanças de paradigmas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, 2005.

MOSIMAN, C. P.; FISCH, S. **Controladoria**: seu papel na administração de empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Desigualdades Sociais: Aspectos Sócio-Políticos

Análise das desigualdades sociais no Brasil e no mundo. Impactos das políticas públicas na redução das desigualdades. Políticas afirmativas e combate à exclusão social.

Objetivo Geral

Analisar criticamente as desigualdades sociais em contextos nacionais e internacionais, compreendendo seus determinantes socioeconômicos e políticos, bem como o papel das políticas públicas e ações afirmativas na promoção da equidade e no combate à exclusão social.

Objetivos Específicos

- a) Investigar as principais formas de desigualdade social presentes no Brasil e em outras partes do mundo.
- b) Compreender os fatores históricos, econômicos, culturais e políticos que sustentam as desigualdades estruturais.
- c) Analisar os efeitos e os limites das políticas públicas na redução das desigualdades sociais.
- d) Estudar o papel das políticas afirmativas como instrumentos de justiça social e inclusão.
- e) Refletir sobre os mecanismos de exclusão social e suas interseccionalidades (classe, raça, gênero, território, etc.).
- f) Avaliar experiências exitosas e desafios na construção de sociedades mais justas e igualitárias.

Bibliografia Básica

ATKISON, A.B. **Desigualdade**: o que pode ser feito? São Paulo: LeYa, 2015.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, 2006.

Bibliografia Complementar

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GILROY, P. **Entre campos**: nações culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SANTOS, J. A. F. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, 2009.

THERBORN, G. Os campos de extermínio da desigualdade. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 87, 2010.

Poder Legislativo e Políticas Públicas

O papel do Poder Legislativo na formulação e fiscalização das políticas públicas. Processo legislativo e elaboração de normas. Controle social e participação cidadã no processo legislativo.

Objetivo Geral

Analisar o papel do Poder Legislativo na formulação, deliberação e fiscalização das políticas públicas, compreendendo seus mecanismos normativos, o processo legislativo e as possibilidades de participação cidadã e controle social.

Objetivos Específicos

- a) Compreender as funções legislativas e fiscalizadoras exercidas pelo Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal.
- b) Estudar as etapas e os procedimentos do processo legislativo e da elaboração de normas.
- c) Analisar como o Poder Legislativo influencia a agenda e o conteúdo das políticas públicas.
- d) Refletir sobre os instrumentos de controle social e sua interface com o Legislativo.
- e) Discutir a importância da participação cidadã na construção e no acompanhamento das políticas públicas.
- f) Investigar práticas de transparência e accountability no exercício da função legislativa.

Bibliografia Básica

AMARAL JÚNIOR, J. L. M. O poder legislativo na democracia contemporânea: a função de controle político dos parlamentos na democracia contemporânea.

Revista de Informação Legislativa, v. 42, n. 168, 2005.

RICCI, P. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? **Dados**, v. 46, n. 4, 2003.

SILVA, R.; ARAÚJO, S. M. **Apropriação da agenda do legislativo**: como aferir este fenômeno? Brasília-DF: Centro de Estudos da Consultoria do Senado, 2010, v. 76.

Bibliografia Complementar

FLEURY, S. **Democracia, descentralização e desenvolvimento Brasil e Espanha**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MENDES, M. M. Breves anotações sobre o presidencialismo de coalizão no Brasil. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, n. 3, 2009.

PETERS, B. G.; PIERRE, J. (Org.). **Administração pública**. São Paulo: Editora UNESP/ENAP, 2010.

ROCHA, C. V. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas: algumas observações. **Civitas**, v. 5, n. 1, 2005.

SILVA, P. L.; COSTA, N. **A avaliação de programas públicos**: reflexões sobre a experiência brasileira – relatório técnico. Brasília: IPEA, 2002.

Políticas Econômicas de Desenvolvimento Social

Impactos das políticas econômicas sobre o desenvolvimento social. Modelos de desenvolvimento econômico e inclusão social. Planejamento econômico e políticas de redução da pobreza.

Objetivo Geral

Compreender a relação entre políticas econômicas e desenvolvimento social, analisando seus impactos na inclusão social, na redução da pobreza e na promoção de modelos sustentáveis de crescimento com equidade.

Objetivos Específicos

- a) Analisar os efeitos das políticas econômicas sobre os indicadores sociais e a qualidade de vida da população.
- b) Estudar os diferentes modelos de desenvolvimento econômico e suas implicações para a inclusão social.
- c) Investigar estratégias de planejamento econômico voltadas para a superação da pobreza e das desigualdades.
- d) Refletir sobre a articulação entre crescimento econômico, distribuição de renda e justiça social.
- e) Compreender o papel do Estado na formulação e execução de políticas econômicas com foco no desenvolvimento social.
- f) Avaliar experiências nacionais e internacionais de políticas públicas que buscaram conciliar estabilidade macroeconômica e avanços sociais.

Bibliografia Básica

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 23, 2001.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 13, 1996.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. *In*: HADDAD, P. *et al.* **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ ETENE, 1989.

Bibliografia Complementar

DELFIM NETTO, A. Meio século de economia brasileira: desenvolvimento e restrição externa. *In*: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. (Org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Campus, 2004.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

JONES, C. I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. São Paulo: Campus, 2000.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, 2006.

UDERMAN, S. O Estado e a formulação de políticas de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 39, n. 2, 2008.

Políticas Públicas Urbanas

Políticas Públicas (Conceito, alcance e perspectivas) e competências municipais. Políticas de tutela da liberdade: políticas de segurança pública e de mobilidade. Políticas de tutela da igualdade: estudo das políticas públicas de educação. Políticas de tutela da solidariedade: estudo da seguridade social (previdência social, assistência social e saúde).

Objetivo Geral

Estudar as políticas públicas urbanas sob a ótica das competências municipais, analisando suas dimensões de liberdade, igualdade e solidariedade, com foco em áreas como segurança, mobilidade, educação e seguridade social.

Objetivos Específicos

- a) Compreender o conceito, o alcance e as perspectivas das políticas públicas no contexto urbano.
- b) Identificar as competências constitucionais dos municípios na formulação e execução de políticas públicas.
- c) Analisar as políticas de tutela da liberdade, com ênfase nas políticas de segurança pública e mobilidade urbana.
- d) Estudar as políticas de tutela da igualdade, especialmente no campo da educação pública municipal.
- e) Investigar as políticas de tutela da solidariedade, com foco na seguridade social: previdência, assistência e saúde.
- f) Refletir sobre os desafios e possibilidades da gestão pública urbana voltada à garantia de direitos e à redução das desigualdades sociais nas cidades.

Bibliografia Básica

AIETA, V. S. **Direito da cidade**: 2 tomos. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2015.

AIETA, V. S. **Cadernos de direito da cidade**: 5 tomos. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris.

BELLO, E.; KELLER, R. **Curso de direito da cidade**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2018.

Bibliografia Complementar

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CORDEIRO, G. L. **Regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2016.

HUMBERT, G. L. H. **Curso de direito urbanístico das cidades**. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2017.

MOTA, M. J. P.; MOURA, E. A. C.; ANDRADE, E. S. **Política urbana brasileira e instrumentos de intervenção na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2018.

TUTUNGI JÚNIOR, N. **Ação civil pública e políticas públicas**: implicações na tensão entre o estado administrador e o estado juiz. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2012.

Governança e Novas Tecnologias

Governança pública e gestão de processos decisórios. Impacto das novas tecnologias na administração pública. Transparência, participação digital e inovação no setor público.

Objetivo Geral

Analisar os princípios e práticas da governança pública à luz dos avanços tecnológicos, investigando os impactos das novas tecnologias nos processos decisórios, na gestão pública, na transparência e na participação digital.

Objetivos Específicos

- a) Compreender os fundamentos da governança pública e sua relação com a gestão democrática e eficiente.
- b) Estudar os processos decisórios na administração pública e os mecanismos que asseguram sua legitimidade e efetividade.
- c) Analisar os impactos das novas tecnologias na estrutura e no funcionamento da gestão pública contemporânea.
- d) Refletir sobre os desafios e oportunidades trazidos pela digitalização dos serviços públicos.
- e) Avaliar as ferramentas de transparência e participação cidadã mediadas por tecnologias digitais.
- f) Investigar práticas inovadoras no setor público voltadas à promoção da governança digital e colaborativa.

Bibliografia Básica

ALKHALDI, F.; ELAGHA, H. *IT governance: a multi level analysis toward a unified perspective*. **The Journal Issues in Informing Science and Information Technology**, v. 4, 2007.

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa**: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009

MANSUR, R. **Governança de TI**: metodologia, frameworks e melhores práticas. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

Bibliografia Complementar

MAGALHÃES, I. L.; PINHEIRO, W. B. **Gerenciamento de serviços de TI na prática**: uma abordagem com base na ITIL. São Paulo: Novatec, 2007.

MARINI, C.; MARTINS, H. F. **Governança em ação**. Brasília: Instituto Publix, 2009.

PETERSON, R. R. *Integration strategies and tactics for information technology governance*. In: GREMBERGEN, W. V. **Strategies for information technology governance**. London: Idea Group, 2004.

PMI. **Conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos: PMBOK**. 3. ed. São Paulo: PMI, 2004.

WEILL, P.; ROSS, J. W. **Governança de TI**. São Paulo: MBooks do Brasil, 2006.

Cidadania e Responsabilidade Social

Conceitos de cidadania e participação democrática. Responsabilidade social e sustentabilidade. Políticas públicas voltadas à promoção da cidadania.

Objetivo Geral

Compreender os conceitos de cidadania e responsabilidade social, analisando sua relação com a participação democrática, a sustentabilidade e as políticas públicas voltadas à promoção de direitos e inclusão social.

Objetivos Específicos

- a) Estudar os fundamentos teóricos e históricos do conceito de cidadania e sua evolução no contexto democrático.
- b) Refletir sobre os mecanismos de participação social e política como expressão da cidadania ativa.
- c) Compreender o papel da responsabilidade social como compromisso ético das instituições públicas e privadas com o bem comum.
- d) Analisar a relação entre responsabilidade social e sustentabilidade nas práticas contemporâneas.
- e) Investigar políticas públicas que promovam a cidadania e fortaleçam os direitos sociais.
- f) Estimular uma postura crítica e propositiva diante dos desafios sociais, ambientais e democráticos do mundo contemporâneo.

Bibliografia Básica

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.

DE LIBERAL, M. M. C. (Org.). **Um olhar sobre ética e cidadania**. São Paulo: Mackenzie, 2002.

DEMO, P. **Éticas multiculturais**: sobre convivência humana possível. Petrópolis: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus, 2011.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LISBOA, M. **Ética e cidadania planetárias na era tecnológica**: o caso da proibição de Basileia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Elaboração de Ações, Projetos e Programas Socioambientais

Metodologias para elaboração e gestão de projetos socioambientais. Ferramentas de monitoramento e avaliação de impacto. Sustentabilidade e desenvolvimento local.

Objetivo Geral

Capacitar os estudantes para a elaboração, gestão, monitoramento e avaliação de ações, projetos e programas socioambientais, com foco na sustentabilidade e no desenvolvimento local.

Objetivos Específicos

- a) Compreender os fundamentos teóricos e metodológicos da elaboração de projetos e programas socioambientais.
- b) Aplicar técnicas e ferramentas de planejamento voltadas à gestão de iniciativas com foco ambiental e social.
- c) Identificar indicadores e metodologias para o monitoramento e a avaliação de impacto de projetos socioambientais.
- d) Analisar experiências práticas de desenvolvimento sustentável em contextos locais.
- e) Discutir estratégias que promovam a articulação entre sustentabilidade, participação comunitária e justiça socioambiental.
- f) Estimular a elaboração de propostas inovadoras que contribuam para a transformação social e ambiental em nível local e regional.

Bibliografia Básica

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Construção do conhecimento agroecológico**: novos papéis, novas identidades. São Paulo: Gráfica Popular, 2007.

CRUZ, C. M. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

KISIL, R. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. São Paulo: Editora Global, 2001.

Bibliografia Complementar

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, M. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

MÉSZAROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

TENÓRIO, F. G.; BERTHO, H.; CARVALHO, H. F. **Elaboração de projetos comunitários**. Rio de Janeiro: Loyola, 1995.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRD. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

Políticas Públicas e Desenvolvimento Agrário

Histórico das políticas públicas voltadas ao setor agrário. Questões fundiárias e desenvolvimento rural. Programas de incentivo à agricultura familiar e reforma agrária.

Objetivo Geral

Analisar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agrário, com ênfase nas questões fundiárias, no papel da agricultura familiar e nas estratégias de reforma agrária e desenvolvimento rural sustentável.

Objetivos Específicos

- a) Compreender o histórico das políticas públicas destinadas ao setor agrário no Brasil.
- b) Estudar os principais desafios fundiários e suas implicações para o desenvolvimento rural.
- c) Analisar os programas governamentais de incentivo à agricultura familiar e à produção sustentável no campo.
- d) Avaliar as políticas de reforma agrária e seus impactos sociais, econômicos e territoriais.
- e) Refletir sobre os conflitos agrários e a atuação dos movimentos sociais do campo.
- f) Investigar a relação entre políticas agrárias, soberania alimentar e justiça socioambiental no meio rural.

Bibliografia Básica

CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

CORTES, S. V. Contribuições teóricas e à pesquisa empírica da sociologia às políticas públicas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 1, 2013.

COSTA, V. Políticas públicas no Brasil: uma agenda de pesquisa. **Ideias**, v. 6, n. 2, 2016.

Bibliografia Complementar

COUSSY, J. As políticas públicas francesas: entre dependência do caminho e a competição internacional. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Org.). **Análise**

comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

DYE, T. R. Mapeamento os modelos de análise de políticas públicas. *In*: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: Editora UnB, 2005.

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003.

FARIA, C. A. P.; MARQUES, E. **Política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Edunesp, 2013.

FOUILLEUX, E. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 19, n. 1, 2011.

Intervenções Interdisciplinares em Políticas Públicas

Abordagens interdisciplinares na formulação de políticas públicas. Estratégias de intervenção em diferentes setores sociais. Análise de casos e boas práticas.

Objetivo Geral

Compreender e aplicar abordagens interdisciplinares na formulação e execução de políticas públicas, explorando estratégias de intervenção em diferentes setores sociais por meio da análise de casos e boas práticas.

Objetivos Específicos

- a) Estudar os fundamentos e a importância da interdisciplinaridade na construção de políticas públicas eficazes.
- b) Identificar as contribuições de diferentes áreas do conhecimento na formulação e implementação de ações públicas.
- c) Analisar estratégias de intervenção intersetorial voltadas à resolução de problemas sociais complexos.
- d) Investigar casos reais e boas práticas que envolvam ações interdisciplinares em políticas públicas.
- e) Refletir sobre os desafios e potencialidades das intervenções integradas em contextos locais, regionais e nacionais.
- f) Estimular a elaboração de propostas interdisciplinares que promovam inovação, inclusão e transformação social.

Bibliografia Básica

CARDOSO JÚNIOR, J. C.; CUNHA, A. S. (Org.). **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2015.

CAVALCANTI, C; BEGOSSI, A. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

BUCCI, M. P. D. (Org.) **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

MASSA-ARZABE, P. H. Dimensão jurídica das políticas públicas. *In*: BUCCI, M. P. (Org.). **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

RUA, M. G.; ROMANINI, R. **Para aprender políticas públicas**: conceitos e teorias. Brasília: IGEPP, 2012, v. 1.

SANTOS, C. S.; MORAIS, E. M.; PAIVA, I. A.; COSTA, J. B. A. Interdisciplinaridade e políticas públicas. **Revista Inter-Legere**, v. 4, n. 31, 2021.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 16, n. 8, 2006.

Políticas Públicas e Assistência Social

Diretrizes e legislação da assistência social no Brasil. Modelos de proteção social e acesso a direitos. Programas de assistência social e inclusão de populações vulneráveis.

Objetivo Geral

Analisar as políticas públicas de assistência social no Brasil, com foco nas diretrizes legais, nos modelos de proteção social e nos programas voltados à promoção de direitos e à inclusão de populações em situação de vulnerabilidade.

Objetivos Específicos

- a) Compreender os fundamentos, princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).
- b) Estudar a legislação brasileira relacionada à assistência social, com destaque para a LOAS e o SUAS.
- c) Analisar os modelos de proteção social e seus desdobramentos na garantia de direitos.
- d) Identificar os principais programas, serviços e benefícios da assistência social.
- e) Avaliar os impactos das políticas de assistência social na inclusão e promoção da dignidade de populações vulneráveis.
- f) Refletir sobre os desafios da gestão pública na área da assistência social, considerando desigualdades sociais e regionais.

Bibliografia Básica

BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. (Org.). **Trabalho e seguridade social:** percursos e dilemas. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARDOSO JÚNIOR, J. C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. *In:* JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: Ipea, 2005.

Bibliografia Complementar

CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas:** uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

MACEDO, A. S. *et al.* O papel dos atores na formulação de implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos. **Cadernos EBAPE**, v. 14, n. 10, 2016.

MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

PARSONS, W. **Políticas públicas: una introducción a la teoría y la práctica del análisis de políticas públicas.** México: FLACSO, 2007.

WÖHLKE, R. **A análise de políticas públicas:** o papel das instituições participativas na efetividade da política municipal de assistência social de Florianópolis no período de 2011 a 2015. 2016, 160 fl. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

Políticas Públicas e Educação Pública

Estrutura da educação pública no Brasil. Políticas educacionais e financiamento da educação. Gestão democrática e desafios da educação básica.

Objetivo Geral

Analisar a estrutura e as políticas públicas voltadas à educação no Brasil, com ênfase no financiamento, na gestão democrática e nos desafios enfrentados pela educação básica pública.

Objetivos Específicos

- a) Compreender a organização da educação pública no Brasil e sua base legal.
- b) Estudar as principais políticas educacionais em âmbito federal, estadual e municipal.
- c) Analisar os mecanismos de financiamento da educação pública e seus impactos na qualidade do ensino.
- d) Refletir sobre os princípios e práticas da gestão democrática no contexto educacional.

- e) Identificar os principais desafios enfrentados pela educação básica pública, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.
- f) Avaliar experiências e estratégias de políticas públicas que visem à equidade e à melhoria da qualidade da educação pública.

Bibliografia Básica

ADRIÃO, T.; OLIVEIRA, R. P.; MOCARZEL, M. O público, o privado e o comunitário: novas categorias administrativas para as escolas brasileiras e a disputa pelo fundo público na educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 30, n. 128, 2022.

ARAÚJO, F.; ADRIÃO, T. Riscos iminentes de privatização da educação básica: reflexões sobre conjuntura, a LDB e o novo Fundeb. **Retratos Da Escola**, v. 15, n. 33, 2022.

CARVALHO, J. M. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, v. 9, n. 18, 1995.

Bibliografia Complementar

ANPED. **Por um plano nacional de educação (2011-2020) como política de estado**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2011.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, 2000.

JEFFREY, D. C. (Org.). **A política educacional**: uma introdução teórico-metodológica. Curitiba: CRV, 2022.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação e Sociedade Revista de Ciência da Educação**, v. 32, n. 115, 2011.

TELLO, C.; MAINARDES, J. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, v. 10, n. 1, 2015.

Políticas Públicas de Inclusão e Diversidade

Políticas de inclusão social para minorias e grupos vulneráveis. Legislação e direitos da população LGBTQIA+, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais. Diversidade cultural e acesso a políticas públicas.

Objetivo Geral

Analisar as políticas públicas voltadas à inclusão social e à valorização da diversidade, com ênfase na garantia de direitos para grupos historicamente marginalizados, como a população LGBTQIA+, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais.

Objetivos Específicos

- a) Compreender os fundamentos e objetivos das políticas públicas de inclusão e diversidade.
- b) Estudar a legislação nacional e internacional relacionada aos direitos da população LGBTQIA+, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais.
- c) Analisar os principais desafios enfrentados por grupos vulneráveis no acesso a direitos e políticas públicas.
- d) Refletir sobre a diversidade cultural como valor democrático e eixo estruturante das políticas públicas inclusivas.
- e) Investigar programas e ações governamentais voltados à promoção da equidade, da justiça social e do respeito à diferença.
- f) Avaliar experiências de inclusão bem-sucedidas, identificando boas práticas e caminhos para o fortalecimento das políticas de diversidade.

Bibliografia Básica

ARRUTI, J. M. A. Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia: notas comparativas sobre hibridização, segmentação e mobilização política de índios e negros.

Horizontes Antropológicos, v. 6, n. 14, 2000.

APRILE, M. R.; BARONE, R. E. M. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. **Revista @mbienteeducação**, v. 2, n. 1, 2018.

BAHIA, Defensoria Pública do Estado. **Entendendo a diversidade sexual**. Salvador: ESDEP, 2008.

Bibliografia Complementar

BARROS, N. V.; QUIROGA, A. B.; PRATA, M. R. Os processos de isolamento social para a população LGBTI – para além da pandemia. *In*: BARROS, N. V.; FACEIRA, L. S.; REIS, J. F.; BRUM, J. S (Org.). **Direitos humanos, interseccionalidade e isolamento**. Rio de Janeiro: Gramma, 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O ministério público e os direitos do cidadão**. Brasília: MPF, 2017.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **Manual orientador sobre diversidade**. Brasília: MDH, 2018

CARVALHO, J. J. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CHAGAS, M. F. A política de reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, 2001.

Educação Pública e o Fundeb: Aspectos Políticos e Econômicos

O papel do Fundeb no financiamento da educação pública. Impactos da política educacional no desenvolvimento social. Gestão e desafios do financiamento da educação.

Objetivo Geral

Analisar o papel do Fundeb no financiamento da educação pública brasileira, considerando seus aspectos políticos e econômicos, seus impactos no desenvolvimento social e os desafios enfrentados na gestão dos recursos educacionais.

Objetivos Específicos

- a) Compreender a origem, estrutura e funcionamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).
- b) Estudar a relação entre financiamento da educação e garantia do direito à educação pública de qualidade.
- c) Analisar os impactos sociais, econômicos e territoriais das políticas educacionais financiadas pelo Fundeb.
- d) Discutir os desafios da gestão eficiente, equitativa e transparente dos recursos do Fundeb nos diferentes entes federativos.
- e) Refletir sobre o papel do financiamento educacional na redução das desigualdades regionais e sociais.
- f) Avaliar propostas e experiências de aperfeiçoamento do Fundeb enquanto instrumento de justiça educacional.

Bibliografia Básica

CESAR, D. J.; MARTINS, F. A.; SILVA, R. E. G. **Saúde da criança e do adolescente**: políticas públicas e educação em saúde. Rio Branco: Stricto Sensu Editora, 2019.

MENDONÇA, J. B.; SCHMIDT, K. C. S. O gasto aluno ano e o Fundeb: uma análise do financiamento da educação básica dos municípios de Araquari, Florianópolis e Joinville/SC. **Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, 2021.

SANTOS, M. B.; NOGUEIRA, S. C. C. Políticas públicas para o financiamento da educação básica: mapeando pesquisas sobre o Fundeb. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, 2021.

Bibliografia Complementar

GHANEM, JR; MENDONÇA, M. Estudo exploratório sobre o destino ocupacional dos graduados em pedagogia. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 15, n. 2, 1989.

MELO, G. N. **Cidadania e competitividade**: desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo, Cortez, 1993.

SCHWARTZMAN, S.; COX, C. (Edit.). **Políticas educacionais e coesão social**: uma agenda latino-americana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SILVA, C.; GONZALEZ, M.; BRUGIER, Y. S. OMC em foco: a comercialização da educação na América Latina. In: HADDAD, S. (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, A. M.; MOSINHO, M. O. **Financiamento e indicadores educacionais**: uma análise dos resultados do município de Pacatuba-CE. 2014, 41 fl. Monografia

(Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Internacional da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2014.

Metodologia da Pesquisa Social

Ferramentas de pesquisa aplicadas às ciências sociais. Métodos quantitativos e qualitativos. Elaboração de projetos de pesquisa e análise de dados sociais.

Objetivo Geral

Capacitar os estudantes para a elaboração de projetos de pesquisa em ciências sociais, por meio do domínio de métodos quantitativos e qualitativos e da aplicação de técnicas de coleta, análise e interpretação de dados sociais.

Objetivos Específicos

- a) Compreender os fundamentos epistemológicos da pesquisa nas ciências sociais.
- b) Estudar os principais métodos de pesquisa social, com foco nas abordagens quantitativas e qualitativas.
- c) Identificar as etapas do processo de pesquisa: definição do problema, construção de hipóteses, escolha dos instrumentos e análise de dados.
- d) Desenvolver habilidades na elaboração de projetos de pesquisa social, com recorte teórico, metodológico e empírico.
- e) Aplicar ferramentas e técnicas de coleta e tratamento de dados sociais.
- f) Refletir sobre os aspectos éticos envolvidos na pesquisa com sujeitos e grupos sociais.

Bibliografia Básica

ALLEN, A. O fim do progresso. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, v. 2, n. especial, 2018.

AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Bibliografia Complementar

CONNEL, R. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, 2012.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

TCC – Pesquisa e Elaboração de Artigo Científico de Conclusão de Curso

Normas e diretrizes para elaboração de artigo científico. Estruturação de pesquisa aplicada em políticas públicas. Apresentação e defesa de trabalhos acadêmicos.

Objetivo Geral

Orientar e acompanhar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas em políticas públicas, culminando na elaboração de artigo científico como trabalho de conclusão de curso, de acordo com normas acadêmicas e critérios de qualidade científica.

Objetivos Específicos

- a) Compreender as normas técnicas e científicas que regem a elaboração de artigos acadêmicos.
- b) Estruturar projetos de pesquisa aplicados ao campo das políticas públicas, com clareza metodológica e coerência teórica.
- c) Desenvolver habilidades de redação científica, com foco na argumentação, na revisão bibliográfica e na apresentação de resultados.
- d) Aplicar procedimentos de coleta e análise de dados compatíveis com o objeto de estudo.
- e) Estimular a reflexão crítica e a capacidade investigativa na produção de conhecimento científico.
- f) Preparar os estudantes para a apresentação e defesa oral do artigo científico, promovendo o domínio do conteúdo e a comunicação acadêmica.

Bibliografia Básica

ALVES, A. J. O Planejamento de pesquisa qualitativa em educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 77, 1991.

CARVALHO, M. C. M. (Org.). **Construindo o saber**: metodologia – fundamentos e técnicas. 6. ed., Campinas, Papirus, 1997.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa educacional**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1990.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

2.6.4 Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais

As Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACC) são parte integrante do curso, visando enriquecer a formação dos alunos e promover a integração entre teoria e prática. Essas atividades incluem:

- a) Participação em congressos e seminários: Os alunos são incentivados a apresentar trabalhos em eventos científicos relacionados à área de políticas públicas.
- b) Visitas técnicas: Realização de visitas a órgãos públicos, organizações não governamentais e instituições de pesquisa.
- c) Projetos de extensão: Desenvolvimento de projetos que contribuam para a solução de problemas sociais na região de Linhares e entorno.
- d) Atividades culturais: Promoção de eventos culturais, como palestras, exposições e debates, que abordem temas relevantes para o desenvolvimento social.

2.7 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia do curso de pós-graduação *lato sensu* em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faceli está alinhada com os princípios pedagógicos da instituição, que priorizam a interdisciplinaridade, a criticidade e a aplicação prática dos conhecimentos. O curso combina momentos presenciais e não presenciais, com o objetivo de proporcionar uma formação integral e flexível, adaptada às necessidades dos alunos.

As aulas serão presenciais e acontecerão aos sábados, das 08h às 12h30, conforme calendário a ser aprovado pelo Conselho Superior da Faceli.

2.7.1 Momentos Presenciais

Os momentos presenciais são essenciais para a construção do conhecimento coletivo e para o desenvolvimento de habilidades práticas. Eles incluem:

- a) Aulas expositivas e dialogadas: Ministradas por professores mestres e doutores, com foco na discussão de conceitos teóricos e estudos de caso.
- b) Seminários e debates: Espaços para a troca de experiências e a discussão de temas relevantes para a área de políticas públicas.
- c) Atividades práticas: Realização de workshops, simulações e visitas técnicas a órgãos públicos e organizações do terceiro setor.
- d) Orientação do TCC: Encontros presenciais com os orientadores para acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso.

2.7.2 Momentos Não Presenciais

Os momentos não presenciais complementam a formação, permitindo que os alunos aprofundem seus conhecimentos de forma autônoma e flexível. Eles incluem:

- a) Estudos dirigidos: Leitura de textos, artigos e materiais complementares disponibilizados na plataforma virtual de aprendizagem.
- b) Fóruns de discussão on-line: Espaços virtuais para debates e troca de ideias entre alunos e professores.
- c) Atividades a distância: Realização de tarefas, pesquisas e projetos que contribuam para a consolidação dos conhecimentos adquiridos.
- d) Acompanhamento virtual: Utilização de ferramentas digitais para tirar dúvidas e receber *feedback* dos professores.

2.8 INFRAESTRUTURA DESTINADA AO CURSO

2.8.1 Biblioteca

A Faceli dispõe de uma biblioteca com acervo especializado em políticas públicas, desenvolvimento social e áreas afins. O espaço conta com salas de estudo individual e em grupo, além de acesso a bases de dados online e periódicos científicos.

2.8.2 Laboratório de Informática

O laboratório de informática está equipado com computadores, acesso à internet e softwares específicos para pesquisa e análise de dados. Os alunos podem utilizar o espaço para realizar trabalhos acadêmicos e pesquisas.

2.8.3 Sala de Orientação

A sala de orientação é um espaço destinado ao atendimento individualizado dos alunos, onde podem receber orientação dos professores sobre o desenvolvimento do TCC e outras atividades acadêmicas.

2.8.4 Recursos Tecnológicos

A Faceli disponibiliza recursos tecnológicos como projetores, computadores e plataformas digitais de ensino, que são utilizados para enriquecer as aulas e facilitar o acesso aos materiais didáticos.

2.8.5 Sala de Aula

As salas de aula são equipadas com ar-condicionado, cadeiras confortáveis, data-show e quadros, proporcionando um ambiente adequado para o aprendizado.

2.8.6 Materiais Educacionais

O curso disponibiliza materiais impressos, como apostilas, livros e artigos científicos, que são distribuídos aos alunos no início de cada módulo. Esses materiais

são cuidadosamente selecionados para garantir a qualidade e a atualização dos conteúdos.

A Faceli utiliza um ambiente virtual de aprendizagem (AVA Moodle) para disponibilizar materiais digitais, como videoaulas, e-books, apresentações e links para artigos científicos. A plataforma também permite a interação entre alunos e professores, facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

2.9 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE

O corpo docente é constituído 100% por professoras e professores mestras (es) e doutoras (es) efetivos do quadro docente da Faceli.

Tabela 3 – Corpo docente do curso.

Docente	Titulação	Área de Conhecimento	Disciplina	Regime de trabalho
Alexandre Jacob	Mestre	Direito	Ética em Gestão Pública e Social Orientação Cidadania e Responsabilidade Social	Parcial
Amanda Soares Zambelli Ferretti	Doutora	Administração	Orientação Metodologia da Pesquisa	Parcial
Antônio Cesar Machado da Silva	Doutor	Ciências Sociais	Poder Legislativo e Políticas Públicas Metodologia da Pesquisa Social	Parcial
Bruno Ávila Guedes Klippel	Doutor	Direito	Políticas Públicas e Desenvolvimento Agrário Orientação	Parcial
Dalton Jacinto Dutra Junior	Doutor	Contabilidade	Gestão Pública e Controladoria Orientação	Parcial
Diego Campana Fiorot	Doutor	Administração	Políticas Econômicas de Desenvolvimento Social Orientação	Parcial
Joana Lúcia Alexandre de Freitas	Doutora	Educação	Políticas Públicas e Educação Pública Orientação	Parcial
Juliana Justo Botelho Castello	Doutora	Direito	Governança e Novas Tecnologias Orientação	Parcial
Lorena Santos Ricardo	Doutora	Psicologia	Orientação	Parcial
Ludmila Caliman Campos Vinhas Alcuri	Doutora	Educação / Ciências Sociais	- Desenvolvimento Social: Aspectos Históricos e Sociais	Parcial

			- Desigualdades Sociais: Aspectos Sócio-Políticos	
			Orientação	
Marcelle Mourelle Perez Diós	Doutora	Direito	Orientação	Parcial
			Introdução às Políticas Públicas	
Marcelo Chaves Soares	Mestre	Direito / Ciências Sociais	Políticas Públicas de Inclusão e Diversidade	Parcial
			Orientação	
Poliana Bernabé Leonardeli	Doutora	Educação	Orientação	Parcial
			Educação Pública e o Fundeb: Aspectos	
Ricardo Silveira da Paixão	Mestre	Economia	Políticos e Econômicos	Parcial
			Orientação	
Rodrigo Santos Neves	Doutor	Direito	Introdução à Gestão Pública e Social	Parcial
			Orientação	
Tiago Cação Vinhas	Doutor	Direito	Políticas Econômicas de Desenvolvimento Social	Parcial
			Orientação	

A coordenação da pós-graduação, interinamente e sem ônus, será exercida por um dos coordenadores dos cursos de graduação até que o curso seja aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo, ocasião em que será realizada eleição conforme normas regulamentares da Faceli.

2.10 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação do curso de pós-graduação *lato sensu* em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faceli está estruturado para garantir o acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos, bem como a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. A avaliação é compreendida como um instrumento de diagnóstico e de melhoria contínua, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a atuação profissional na área de políticas públicas.

2.10.1 Avaliação Institucional

A avaliação institucional é realizada periodicamente com auxílio da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da Faceli, com o objetivo de monitorar e aprimorar a qualidade do curso e da instituição. Essa avaliação é feita por meio de questionários aplicados a alunos, professores e técnicos administrativos, abrangendo aspectos como infraestrutura, corpo docente, metodologias de ensino, recursos didáticos e suporte ao estudante. Os resultados são analisados pela coordenação do curso e pela Direção Acadêmica, com o intuito de implementar melhorias e ajustes necessários.

2.10.2 Avaliação Externa

A avaliação externa é conduzida por órgãos reguladores, periodicamente, como o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Estadual de Educação (CEE), que verificam o cumprimento das diretrizes curriculares nacionais e a qualidade do curso. Essa avaliação inclui visitas *in loco*, análise de documentos e entrevistas com a comunidade acadêmica. O objetivo é garantir que o curso atenda aos padrões de excelência exigidos para a formação de especialistas em políticas públicas.

2.10.3 Avaliação do Curso

A avaliação do curso é realizada de forma contínua, pela CPA e Ouvidoria da Faceli, com o objetivo de identificar pontos fortes e áreas que necessitam de aprimoramento. Essa avaliação é feita por meio de reuniões periódicas entre a coordenação do curso, o corpo docente e os alunos, além da aplicação de questionários de satisfação ao final de cada módulo. Os resultados são utilizados para ajustar o planejamento pedagógico e garantir a qualidade do curso.

2.10.4 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem dos alunos é realizada de forma processual e contínua, com o objetivo de verificar o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos.

As avaliações incluem provas escritas, trabalhos individuais e em grupo, participação em debates e seminários, além da elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A nota mínima para aprovação é 6,0 (seis), em uma escala de 0 a 10.

As regras sobre a avaliação discente seguem o Regulamento de Provas da Faceli, bem como o Regulamento de Segunda Chamada de Provas, Regime Especial e Guarda Religiosa.

2.10.5 Avaliação da Orientação Docente

A orientação docente é avaliada por meio de questionários aplicados aos alunos, que avaliam aspectos como a clareza nas explicações, a disponibilidade para tirar dúvidas, a qualidade do feedback e o engajamento no processo de orientação do TCC. Os resultados são utilizados para aprimorar a atuação dos professores e garantir um acompanhamento eficaz dos alunos.

2.10.6 Avaliação da Infraestrutura de Suporte Tecnológico e Científico

A infraestrutura de suporte tecnológico e científico é avaliada periodicamente, com o objetivo de garantir que os recursos disponíveis atendam às necessidades do curso. Essa avaliação inclui a análise da qualidade dos laboratórios, bibliotecas, salas

de aula e recursos digitais. Os resultados são utilizados para planejar investimentos e melhorias na infraestrutura.

2.10.7 Avaliação do Material Didático

O material didático utilizado no curso é avaliado de forma contínua, tanto pelos professores quanto pelos alunos. A avaliação inclui a análise da atualização do conteúdo, da clareza das informações e da adequação às necessidades do curso. Os resultados são utilizados para selecionar e atualizar os materiais, garantindo que estejam alinhados com os objetivos pedagógicos.

2.10.8 O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no formato de artigo científico, deverá ser de caráter teórico-empírico, no qual o estudante combina pesquisa teórica com investigação de campo, interagindo diretamente com o objeto de estudo e fundamentando a discussão teórica com base nos dados coletados. De preferência, o trabalho deve adotar a metodologia de pesquisa-ação.

São diretrizes gerais:

- a) O TCC será desenvolvido individualmente.
- b) Cada estudante terá um professor orientador, que acompanhará o desenvolvimento do projeto.
- c) Cada professor poderá orientar no máximo 05 estudantes do curso de especialização.
- d) O tema do TCC e o orientador deverão ser definidos após a conclusão do Módulo 5.
- e) Após o quinto módulo, ou durante ele, o estudante deverá entregar a proposta do TCC.
- f) O artigo científico deverá seguir as normas da ABNT e do Regulamento de apresentação de TCC da Faceli.
- g) O estudante poderá submeter o artigo à avaliação da Comissão Examinadora após cumprir a carga horária mínima do curso, estando em dia com suas obrigações acadêmicas (notas e frequência) e sem pendências junto ao Registro Escolar.
- h) A apresentação do artigo será presencial, preferencialmente no seminário final do curso, na forma de pôster e três cópias impressas do artigo completo, uma para cada membro da banca examinadora.
- i) A banca examinadora será composta por, no mínimo, dois integrantes, sendo um deles o orientador.
- j) Os membros da banca serão indicados pelo orientador e aprovados pela coordenação do curso, devendo pelo menos um deles possuir titulação mínima de mestre.
- k) Cada membro da banca atribuirá uma nota de 0 a 100 pontos, e o estudante será aprovado se obtiver média aritmética de pelo menos 60 pontos.
- l) O candidato será avaliado com base nos seguintes critérios:
 - Temática: originalidade e relevância atual;

- Capacidade de organização: domínio do tema, familiaridade e postura crítica;
 - Trabalho escrito: coerência, interpretação e sistematização;
 - Apresentação: clareza, fluência, coerência com o trabalho escrito, desempenho e desenvoltura;
 - Referencial teórico: pertinência ao tema;
 - Qualidade na execução do trabalho;
 - Metodologia: adequação ao objetivo proposto.
- m) Caso não seja aprovado, o estudante poderá realizar uma nova defesa em até um mês.
- n) Nenhum artigo será submetido à defesa sem a aprovação prévia do orientador.
- o) Após a aprovação, o estudante deverá entregar uma versão impressa do artigo à coordenação do curso em até 30 dias, juntamente com um arquivo digital em formato PDF.

2.10.9 Da Certificação

Ao concluir o curso, o aluno receberá o certificado de Especialista em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social, emitido pela Faceli, desde que tenha cumprido todas as exigências acadêmicas, incluindo a aprovação no TCC e a frequência mínima de 75% nas aulas.

3 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado, 1988. Disponível em: <https://tinyurl.com/3pm8zcyv>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://tinyurl.com/4y24vpym>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília-DF: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1988.

CASTRO, Jorge Abrahão; OLIVEIRA, Maria Gorete. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

CEE. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº. 3.777 de 8 de maio de 2014**. Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo. Vitória: CEE, 2014.

CRUZ, Giseli Barreto. A escola e seu projeto político pedagógico. **Revista Presença Pedagógica**, v. 9, n. 49, 2003.

FACELI. Faculdade de Ensino Superior de Linhares. **Plano de desenvolvimento institucional - PDI: 2025-2029**. Linhares: Faceli, 2024.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MEC. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº. 1 de 6 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. Brasília-DF: DOU, 09 abr. 2018.

MULLER, Ademir. **Avaliação institucional da gestão escolar na escola pública**: a democracia no processo decisório. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

PINTO, Ákilla Lonardelli Pereira. Mobilidade humana, mídia e desenvolvimento em Linhares. In: AUGUSTO, Isabel Regina; DADALTO, Maria Cristina; SIUDA-AMBROZIAK, Renata (Org.). **Subjetividades em trânsito**: memória, emoção, e-imigração e identidades. Rio de Janeiro: Bonecker, 2017.

ROSSINI, Neusa; ROTTA, Edemar; BORKOVSKI, Andréia. Políticas públicas sociais e desenvolvimento: tecendo relações. *In*: ROTTA, E.; LAGO, I. C.; JUSTEN, A. F.; SANTOS, M. (Edit.). **Conhecimento em rede**: desenvolvimento, cooperação e integração regional em território de fronteira – Rede CIDIR: 10 anos. Chapecó: Editora UFFS, 2019.